

Degenerescência precisa ser combatida

PLINIO DE ARRUDA SAMPAIO

O recente atentado ao sindicalista Osmarino Amâncio Rodrigues é mais uma das provas da degenerescência moral, administrativa e política do regime vigente.

Há uma semana —uma semana atrás apenas!— uma comitiva da “Ação pela Cidadania”, integrada por quatro deputados federais e representantes da OAB, ABI e Comissão Teotônio Vilela, esteve no Acre, precisamente para verificar os fatores que estão ocasionando conflitos e atentados à vida humana, naquele Estado. A comissão entrevistou-se como o governador, o presidente do Tribunal de Justiça, o procurador-geral do Estado, o secretário da Segurança Pública, o superintendente da Polícia Federal. Todos esses senhores —todos— sabem que o Osmarino está ameaçado de morte. Todos eles sabem também que as ameaças partem de um grupo de fazendeiros, localizados ao longo da estrada Rio Branco-Xapuri-Brasília, porque é nessa região que os seringueiros, comandados inicialmente por Wilson Pinheiro (assassinado em 1980); por Chico Mendes (assassinado em 1988); e agora, por Osmarino, estão impedindo a conversão de antigos seringais em explorações agropecuárias, precedidas de criminoso desmatamento de áreas florestais.

Todos sabem que além desses três dirigentes, outros quatro foram assassinados, sem que nenhum dos assassinos tenha sido levado a julgamento até hoje.

Todos sabem de tudo isso, mas ninguém faz nada de concreto, de efetivo. Nenhuma dessas autoridades tomou providências minimamente eficazes para pôr fim a esse conflito. Vou dar exemplos: quando o Chico Mendes foi assassinado, as mais altas autoridades federais, inclusive o delegado Romeu Tuma, despejaram-se para Xapuri. Houve fotografias, filmes, cenas de televisão, declarações pomposas, caras graves. Teatro. Três meses e pouco depois, o superintendente da Polícia Federal no Acre declarou a mim que sua repartição não dispõe de pessoal suficiente para proteger a população, que só existem dois postos de fronteira (para fiscalizar mil quilômetros de fronteira situada na rota da coca boliviana!) e que dos 18 veículos registrados na sua Superintendência, apenas quatro estão rodando, sendo que dois de modo precário. O que adiantou a ida do sr. Tuma ao Acre?

O governador, o presidente do Tribunal de Justiça e o procurador geral do Estado sabem —porque declararam à comitiva e forneceram certidões— que os processos criminais têm andamento muito lento porque a Polícia e a Justiça estaduais estão desaparelhadas. Para se ter uma idéia, só em Rio Branco há 892 processos de crimes de morte (tentados ou consumados) em andamento e no ritmo atual de funcionamento da Justiça local levarão 40 anos para serem julgados! Em Sena Madureira, uma cidade de

20 mil habitantes, esse prazo eleva-se a 60 anos! Por que isto?

Primeiro, porque uma elevadíssima criminalidade provocada pela disputa por terras e pelo tráfico de cocaína não recebeu do governo federal um tratamento sério, com medidas de regularização fundiária (os títulos de propriedade de terra registrados no Acre superam a área total do Estado) e de aparelhamento da polícia de fronteira.

Segundo, porque o “sistema de prestação jurisdicional”, nas palavras textuais do presidente do Tribunal de Justiça, “é precaríssimo”. Até o ano passado apenas uma cidade do interior tinha juiz permanentemente! Só neste ano o governo estadual deu recursos para lotar todas as comarcas. Mas —ouvi do governador Flaviano de Mello— que esses recursos não são suficientes para nomear os promotores, de modo que das 13 comarcas do Acre só três têm promotores lotados. Ora, se os processos criminais exigem a atuação do juiz e do promotor, de que adianta completar o quadro de juizes e deixar incompleto o de promotores?

O secretário da Segurança nos informou que nenhum dos delegados do interior é bacharel em direito, que as delegacias estaduais não dispõem de veículos adequados, nem de telex, para o trabalho de prevenção e repressão de crimes. É tal a desordem que ele, secretário, nos contou o seguinte: pediu, há dias, uma relação das pessoas que dis-

põem de porte de armas e a sua burocracia não a forneceu! Para que serve um secretário de Segurança assim?

As outras dezenas de exemplos de descabros semelhantes constam do relatório que a comitiva da Ação pela Cidadania vai apresentar ao ministro da Justiça, Oscar Corrêa e ao presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Neri da Fonseca e ao governador do Estado.

Desse relatório constam fatos comprovados, indícios, pistas, para que os vários setores da administração —se realmente quiserem— investiguem, comprovem, demitam, punam, atuem, na forma do que a lei determina. A sociedade civil fez a sua parte. Cabe ao governo cumprir a dele.

Sei que o governador Flaviano de Mello —se ler este artigo— dirá: “o problema é que os recursos do Estado são escassos”. Certo. Mas, há uma providência que não demanda recursos e que pode ser de imediato, como uma satisfação à nação estarrecida e como sinal e advertência da sua posição em favor do cumprimento da lei: demitir o comandante da Polícia Militar que, diante do atentado, só se lembrou de fazer uma piadinha: “foram tiros ao léu por caçadores matando mutum”. Isto é um escárnio à opinião pública.

PLINIO DE ARRUDA SAMPAIO, 58, advogado, é deputado federal (SP), líder do PT no Congresso Nacional e professor da Fundação Getúlio Vargas (SP).